



Ministério de
Minas e Energia

BOLETIM DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Edição 152 DEPG

Dezembro de 2024

INTRODUÇÃO

As notícias relativas às atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural (P&G) e os informes sobre as ações conduzidas pelo DEPG estão atualizados até o dia 31 de dezembro de 2024. As demais informações do setor contidas neste Boletim são relativas ao mês de novembro de 2024 e têm como fonte a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

NOTÍCIAS E FATOS RELEVANTES

Nesta edição:

NOTÍCIAS E FATOS RELEVANTES

1

DADOS DE NOVEMBRO

3

EXPLORAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA
PRODUÇÃO

3

PRODUÇÃO POR CON-
SORCIADA

3

PETRÓLEO NOS
ESTADOS

4

PETRÓLEO -
EXPORTAÇÃO E
IMPORTAÇÃO

5

GÁS NATURAL NOS
ESTADOS

6

GÁS NATURAL -
IMPORTAÇÃO

7

PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS

8

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou, no dia 11/12 (Quarta-feira), portaria que regulamenta os procedimentos para enquadramento de projetos prioritários no setor de

energia, abrangendo gás natural, biocombustíveis, biogás, combustíveis sintéticos de baixa

emissão de carbono e dutovias para transporte de combustíveis.

Com as novas regras, o processo para emissão de carbono e dutovias para transpor-

tante de combustíveis. A iniciativa busca agilizar a captação de recursos por meio de debêntures incentivadas e de infraestrutura, que oferecem vantagens fiscais aos investidores e se consoli-

dam como uma ferramenta importante para financiar infraestrutura estratégica no Brasil.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou a importância da regulamentação para impulsionar investimentos no setor.

“Essa medida reforça o compromisso do MME com o desenvolvimento econômico e social do Brasil ao modernizar e agilizar os processos de captação de recursos para projetos de petróleo, gás e biocombustíveis. Estamos cri-

ndo um ambiente mais atrativo para investidores, reduzindo burocracias e impulsionando projetos estratégicos que vão garantir mais segurança energética e competitividade ao Brasil”, afirmou.

As debêntures incentivadas são títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos de infraestrutura considerados prioritários. Esses títulos oferecem benefícios fiscais aos investidores, como isenção de imposto de renda sobre os rendimentos, tornando-os atraentes no mercado e viabilizando a implementação de projetos que atendem às demandas sociais e econômicas do país.

A portaria estabelece critérios detalhados para que projetos sejam considerados prioritários e possam emitir esses títulos. Entre os contemplados estão a produção de

biocombustíveis e biogás (exceto na etapa

agrícola), combustíveis sintéticos com baixa intensidade de carbono e a construção de dutovias para transporte de combustíveis.

Com as novas regras, o processo para emissão de carbono e dutovias para transpor-

tante de combustíveis. A iniciativa busca agilizar a captação de recursos por meio de debêntures incentivadas e de infraestrutura, que oferecem vantagens fiscais aos investidores e se consoli-

dam como uma ferramenta importante para financiar infraestrutura estratégica no Brasil.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou a importância da regulamentação para impulsionar investimentos no setor.

“Essa medida reforça o compromisso do MME com o desenvolvimento econômico e social do Brasil ao modernizar e agilizar os processos de captação de recursos para projetos de petróleo, gás e biocombustíveis. Estamos cri-

ndo um ambiente mais atrativo para investidores, reduzindo burocracias e impulsionando projetos estratégicos que vão garantir mais segurança energética e competitividade ao Brasil”, afirmou.

As debêntures incentivadas são títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos de infraestrutura considerados prioritários. Esses títulos oferecem benefícios fiscais aos investidores, como isenção de imposto de renda sobre os rendimentos, tornando-os atraentes no mercado e viabilizando a implementação de projetos que atendem às demandas sociais e econômicas do país.

A portaria estabelece critérios detalhados para que projetos sejam considerados prioritários e possam emitir esses títulos. Entre os contemplados estão a produção de

biocombustíveis e biogás (exceto na etapa

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SNPGB
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou a relevância desse resultado para a economia nacional. “Esse resultado expressivo reafirma o papel estratégico do pré-sal para o Brasil, garantindo recursos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país. O Ministério de Minas e Energia continuará trabalhando para maximizar os benefícios da exploração sustentável de nossas riquezas em favor de todos os brasileiros e brasileiras”, afirmou.

A elevação da arrecadação reflete o crescimento da produção nos contratos vigentes e a eficiência nos processos competitivos de comercialização conduzidos pela PPSA desde 2021. Em 2024, foram embarcadas 56 cargas de petróleo, totalizando 27,39 milhões de barris, e comercializados 53,8 milhões de metros cúbicos de gás natural. Todos os recursos arrecadados são integralmente destinados ao Tesouro Nacional, reforçando o compromisso com a geração de receitas públicas.

FONTE: MME

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou no dia 18/12 (quarta-feira) a assinatura de cinco novas Manifestações Conjuntas com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para a inclusão de 393 blocos e 5 campos de petróleo e gás natural no sistema de Oferta Permanente de Concessão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). As novas áreas, localizadas nas bacias do Recôncavo, Tucano, Santos, Campos, Parnaíba e Tacutu preveem investimentos mínimos de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 489 milhões em bônus de assinatura.

“Essa assinatura reafirma o nosso compromisso em impulsivar a produção de petróleo e gás natural de forma sustentável, garantindo a segurança jurídica e ambiental necessária para atrair investimentos e gerar emprego e renda para brasileiros e brasileiras. As novas áreas reforçam o papel estratégico do Brasil como uma potência energética global, além de garantir a autossuficiência brasileira em uma área de extrema importância para o desenvolvimento econômico”, destacou Silveira.

Ao todo, 393 blocos exploratórios e 5 campos de petróleo e gás natural foram incluídos, com áreas em terra e no mar. Nas bacias marítimas, 265 blocos foram analisados, sendo 248 localizados na Bacia de Santos e 17 na Bacia de Campos, ambas na região Sudeste. As duas bacias estão entre as principais áreas produtoras do país, reforçando o papel de destaque do Brasil no cenário internacional de produção de petróleo.

Nas áreas terrestres, foram incluídos 133 blocos, distribuídos entre as seguintes regiões: 96 blocos e 5 campos de acumulações marginais nas bacias do Recôncavo e Tucano (Bahia), 30 blocos na Bacia do Parnaíba (Maranhão e Piauí) e 2 blocos na Bacia do Tacutu (Roraima). A iniciativa integra o Programa Potencializa E&P, que busca aprimorar o sistema de oferta de áreas para exploração e produção de petróleo e gás no país.

Bacia do Tacutu

Uma das manifestações assinadas autoriza a entrada de dois blocos da Bacia do Tacutu, localizada na fronteira entre o estado brasileiro de Roraima e a Guiana, atendendo a uma antiga reivindicação do estado pela exploração no local. O instrumento indica as ressalvas socioambientais para a exploração de petróleo e gás na bacia, reforçando o compromisso do MME com a segurança energética aliada à sustentabilidade ambiental.

A parte brasileira do Tacutu abrange cerca de 15 mil quilômetros quadrados e, considerando que a última perfuração na região ocorreu na década de 1980, essa é considerada uma nova fronteira de exploração. **FONTE: MME**

DADOS DO MÊS DE NOVEMBRO

Em novembro de 2024 a produção média de petróleo e gás natural no Brasil foi de 4,301 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboe/d), valor cerca de 0,75% superior quando comparado ao mês anterior, que foi de 4,269 MMboe/d. Considerando somente o petróleo, a produção média foi de 3,310 MMbbl/d. Este valor foi cerca 1,25% superior ao registrado no mês anterior, que alcançou 3,269 MMbbl/d. Sobre o gás natural, a produção foi de 157,64 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d), correspondendo a uma produção 0,77% inferior à do mês anterior, que alcançou 158,860 MMm³/d.

Nos reservatórios do Pré-sal foram produzidos 3,385 MMboe/d de petróleo e gás natural (78,7% da produção nacional), o que resultou num acréscimo de aproximadamente 1,17% em comparação com outubro, com o volume de 3,346 MMboe/d.

Em novembro a produção total de petróleo e gás natural foi obtida a partir de 6432 poços, sendo 501 marítimos e 5931 terrestres. Os campos marítimos produziram 97,4% de petróleo e 83,9% do gás natural.

EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Em dezembro de 2024, não houve Notificação de Descoberta informada à ANP. No mesmo período, não foram informadas Declarações de Comercialidade.

Tabela I - Notificações de Descobertas de Hidrocarbonetos de dezembro de 2023 a dezembro de 2024.

Localização	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Terra	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mar	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0
Total	1	2	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0

Tabela II - Dados das Descobertas de Hidrocarbonetos de dezembro de 2024.

Fonte: ANP

Poço ANP	Bloco	Bacia	Bacias Agrupas	Estado	Ambiente	Operador	Início da Perforação	Conclusão do Poço	Notificação de Descoberta	Data da Notificação
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: ANP

Tabela III - Declarações de Comercialidade de dezembro de 2023 a dezembro de 2024.

Mês	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Total	0	0	4	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: ANP

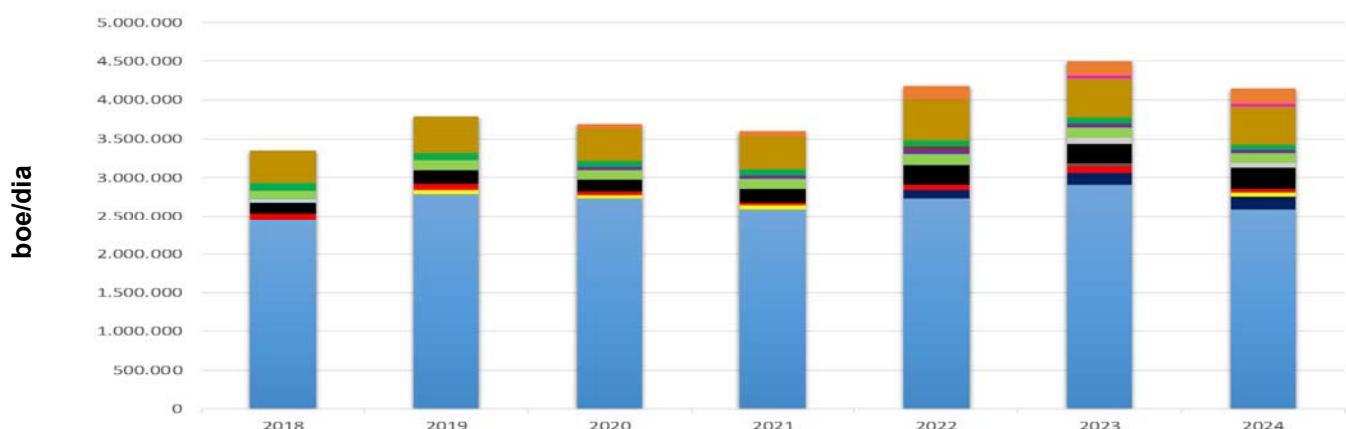
Tabela IV - Dados das Declarações de Comercialidade entre dezembro de 2023 a dezembro de 2024.

Código do PAD	Bloco	Bacia	Ambiente	Operador	Rodada	Data da Declaração de Comercialidade	Campo/Área de Desenvolvimento
PA-1MET30DBA_REC-T-99	REC-T-99	Recôncavo	Terra	Imetame	BID13	07/06/2024	JACARÉ
PA-1POT1RN_POT-T-702	POT-T-702	Potiguar	Terra	Potiguar E&P S.A.	OP2_BE	08/03/2024	SABIÁ-LARANJEIRA
PA-1ENV25DAM_AM-T-84_AM-T-85	AM-T-84, AM-T-85	Amazonas	Terra	Eneva	OP2_BE	15/02/2024	TAMBAQUI
PA-1ENV36MA PN-T-67A PN-T-66 PN-T-48A	PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A	Parnaíba	Terra	Eneva	OP1_BE	15/02/2024	GAVIÃO VAQUEIRO
PA-1ENV36MA PN-T-67A PN-T-66 PN-T-48A	PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A	Parnaíba	Terra	Eneva	OP1_BE	15/02/2024	GAVIÃO VAQUEIRO OESTE
PA-1ENV31DAM_AM-T-85	AM-T-85	Amazonas	Terra	Eneva	OP2_BE	15/02/2024	AZULÃO OESTE

Fonte: ANP

PRODUÇÃO POR CONSORCIADA

Em novembro de 2024 a Petrobras, na condição de empresa consorciada, foi responsável por 61,59% da produção nacional de petróleo e gás natural, alcançando 2,632 MM boe/d. A Shell Brasil, com produção de 481 M boe/d, que representa 11,27% do total nacional, classificou-se como a 2º em produção. A 3ª empresa consorciada com maior produção foi a TotalEnergies E&P, tendo obtido 4,94% da produção do país, com média de 211,1 M boe/d. A Petrogal Brasil foi responsável por 2,86% da produção nacional, sendo a 4ª consorciada com maior produção, obtendo 122,4 M boe/d. A CNOOC Petroleum, como a 5ª maior consorciada, produziu 2,46%, com 105,3 M boe/d. A PPSA, como a 6ª produtora, atingiu 2,27% da produção, com 97,0 M boe/d. A CNODC Brasil com 77,8 M boe/d e 1,82% da produção, alcançou a 7ª posição. A Petro Rio Jaguar, com 1,42% e 60,7 M boe/d foi a 8ª maior produtora. A Equinor Brasil, com 1,34% e 57,4 M boe/d foi a 9ª colocada. A 10ª maior produtora foi a Petronas, com 1,22% e 52,2 M boe/d. A Repsol Sinopec foi a 11ª maior produtora com 45,4 M boe/d e 1,06%. A 12ª maior produtora foi a Sinochem Petróleo, com 0,90% e 38,3 M boe/d. A Eneva com 0,84% e 36,0 M boe/d foi a 13ª. As demais consorciadas alcançaram a parcela de 6,00% da produção nacional, com o volume de 256,6 M boe/d.



Fonte: Elaboração DEPG

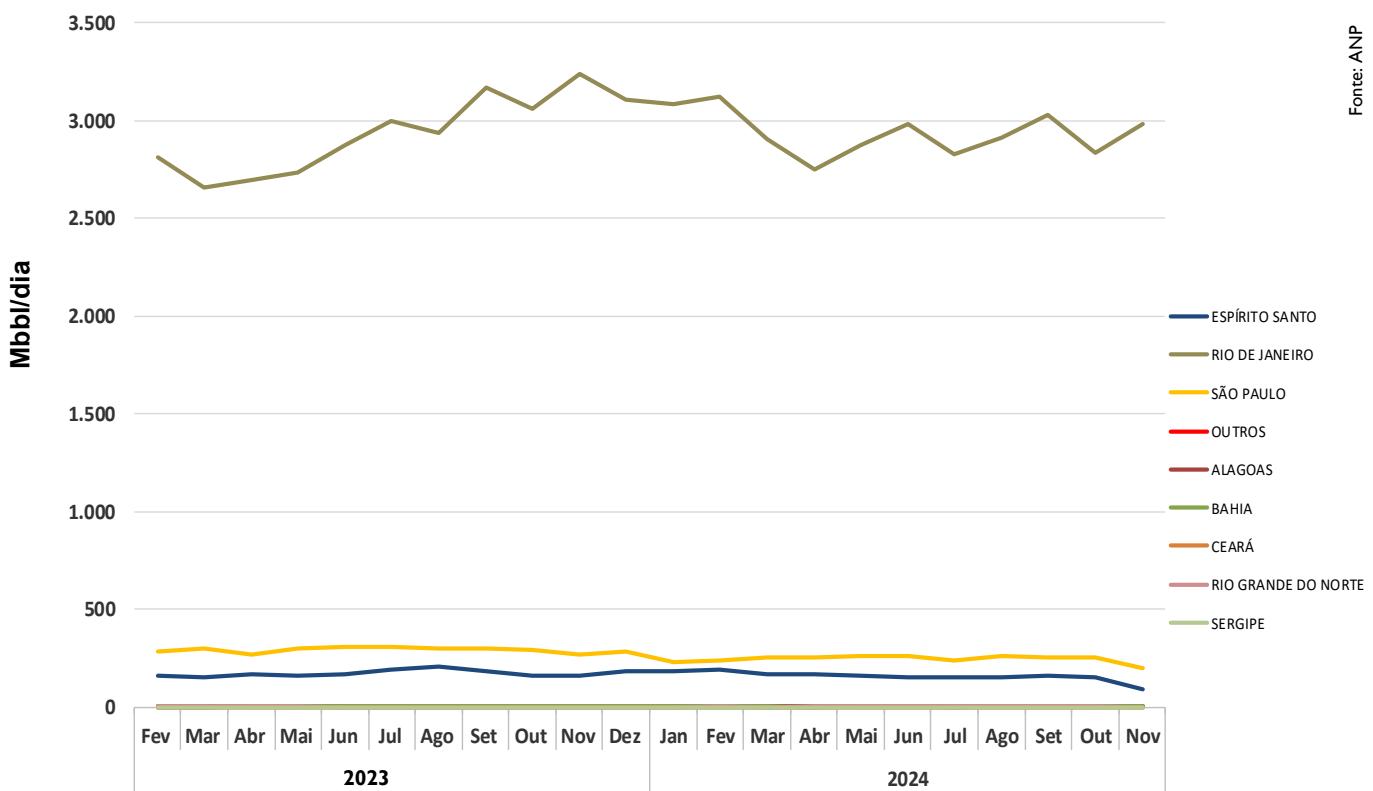
■ Petrobras ■ Equinor ■ Total E&P ■ Petrogal ■ Sinochem Petróleo ■ Petro Rio J.
 ■ Shell ■ Outros ■ Repsol S. ■ Petronas ■ Eneva ■ CNOOC

Gráfico 1 - Produção total de petróleo e gás natural, em boe/d, por consorciada, relativa ao mês de novembro no período de 2018 a 2024.

PETRÓLEO NOS ESTADOS

Em novembro o estado do Rio de Janeiro foi responsável por 88,32% da produção nacional de petróleo e Líquido de Gás Natural (LGN). Os estados de São Paulo e do Espírito Santo registraram, respectivamente, 5,87% e 2,96% do total produzido no país. Considerando apenas a produção no mar, o Rio de Janeiro produziu 91,00% da produção nacional, seguido por São Paulo, com 6,05% e Espírito Santo, com 2,84%. Em relação à produção exclusivamente em terra, os maiores produtores foram o Rio Grande do Norte com 31,13%, o Amazonas com 26,30%, a Bahia com 20,20%, o Espírito Santo com 7,00%, Sergipe com 11,41% e Alagoas com 3,10%.

MAR



Fonte: ANP

Gráfico 2 - Produção média diária de petróleo e LGN no mar por estado, nos últimos 22 meses, em Mbbl/d.

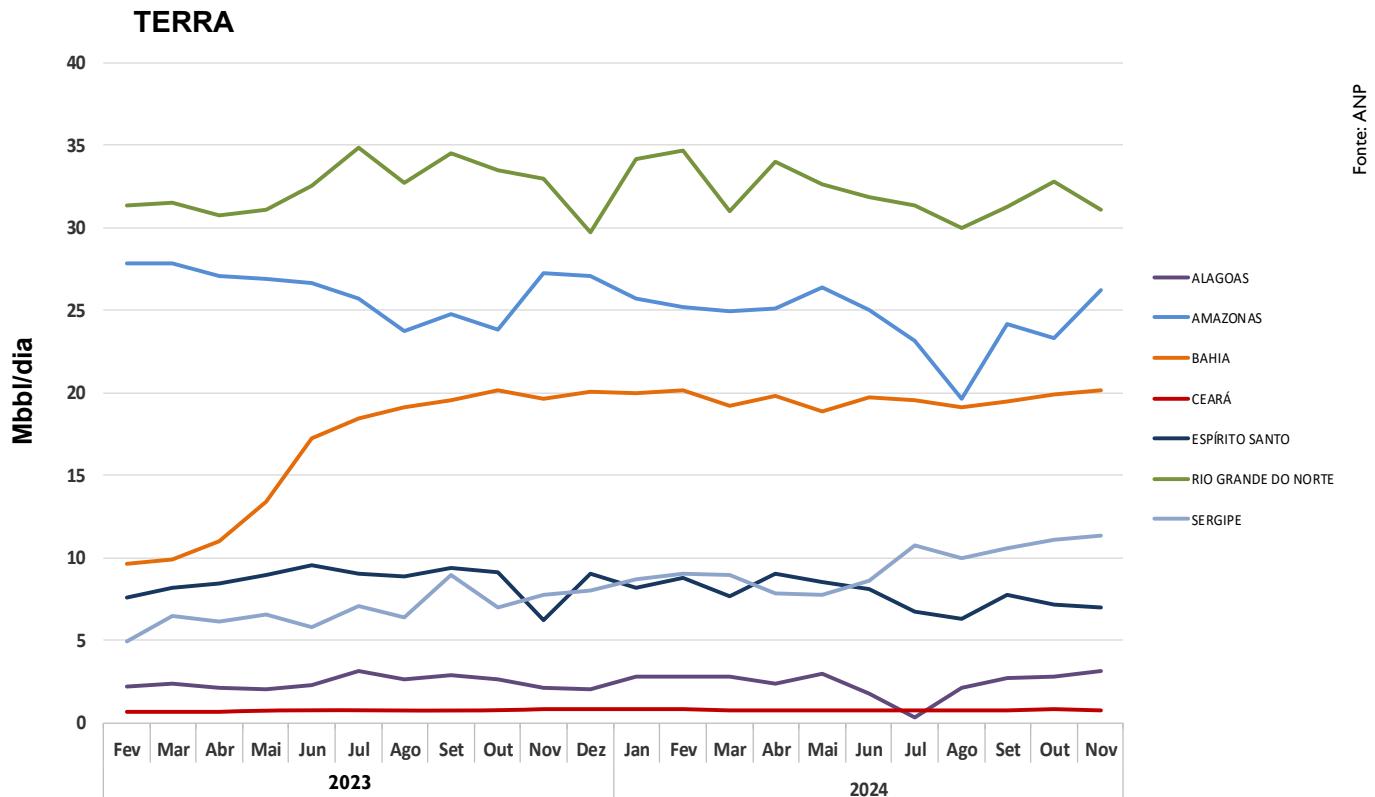


Gráfico 3 - Produção média diária de petróleo e LGN em terra, por estado, nos últimos 22 meses, em Mbbl/d.

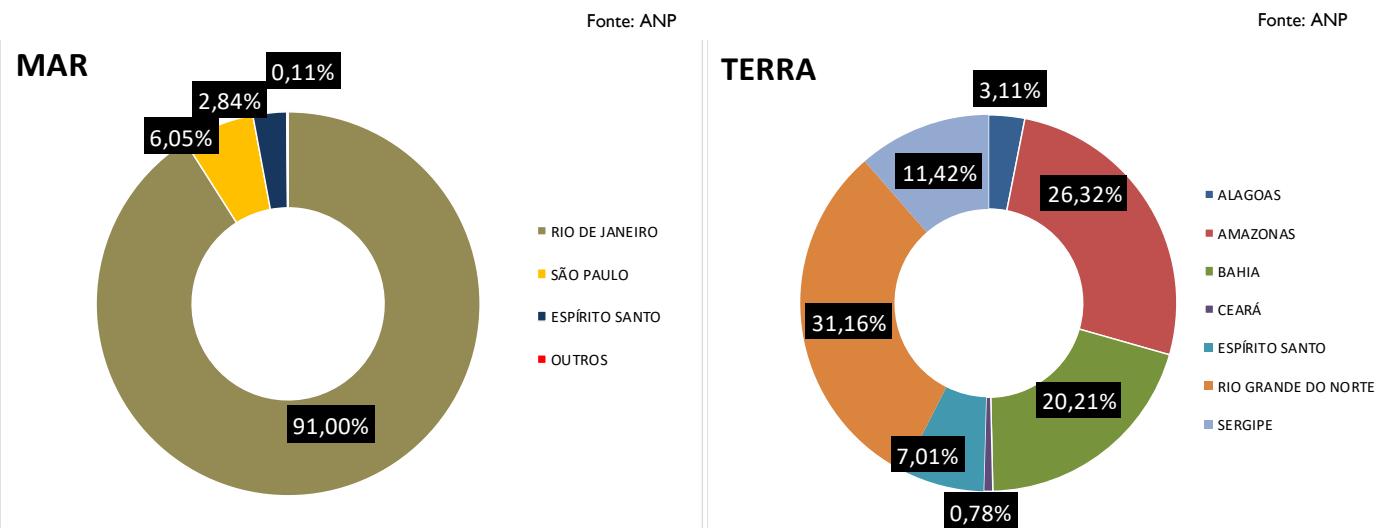


Gráfico 4 - Percentuais de produção de petróleo e LGN no mar, por estado, em novembro de 2024.

Gráfico 5 - Percentuais de produção de petróleo e LGN em terra, por estado, em novembro de 2024.

PETRÓLEO - EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Em novembro foi exportado o volume médio de 2,355 MM bbl/d de petróleo, valor 21,71% superior ao registrado no mês de outubro e 19,30% superior em comparação com novembro de 2023. Essas exportações renderam ao país US\$ 4,526 bilhões (FOB), valor 20,09% superior ao mês anterior e 6,92% superior ao do mês de novembro de 2023.

No mesmo período foi importado o volume médio de 335 M bbl/d, valor 5,02% superior ao mês de outubro e 46,29% superior em comparação com novembro de 2023. O dispêndio com essas importações totalizou US\$ 791 milhão (FOB), valor 3,17% superior a outubro e 26,28% superior ao registrado no mês de novembro de 2023. Houve um superávit aproximado de US\$ 3,7 bilhões (FOB) entre a exportação e a importação de petróleo em novembro.

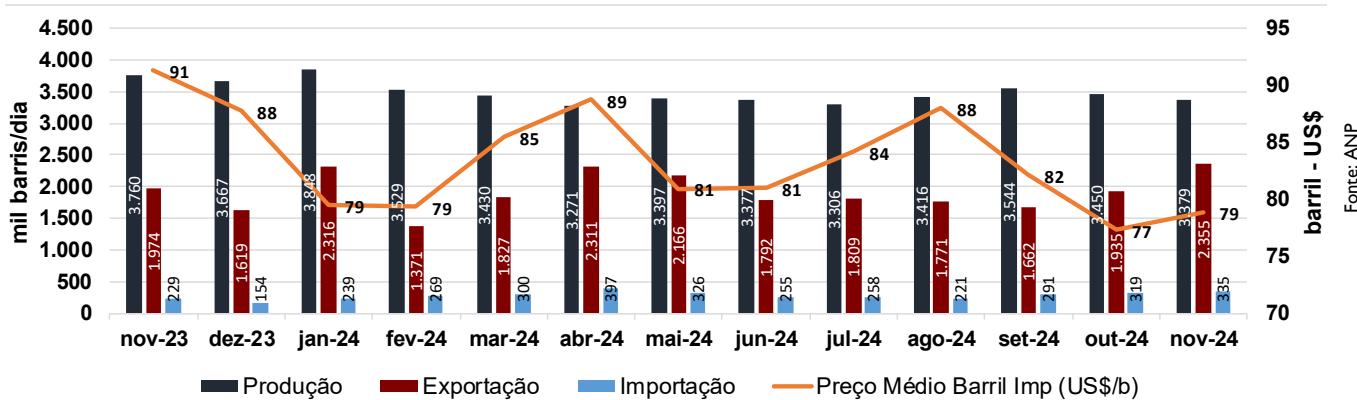


Gráfico 6 - Produção, importação, exportação e preço médio do barril de petróleo importado (Brent) de novembro de 2023 a novembro de 2024.

Em novembro o Brasil importou petróleo dos seguintes países: Arábia Saudita (20,8%), EUA (15,2%), Argélia (13,9%) , Gabão (10,3%), e outros (38,0%). No mesmo período houve exportação para os seguintes países: China (33,1%), EUA (14,9%), Espanha (12,8%), Holanda (13,0%), Portugal (6,7%) e outros (19,6%).

Fonte: MDIC COMEX STAT.

GÁS NATURAL NOS ESTADOS

Em novembro o estado do Rio de Janeiro foi responsável por 76,85% da produção nacional de gás natural. Os estados de São Paulo e do Amazonas produziram, respectivamente, 6,07% e 9,36% desse total.

Considerando apenas a produção no mar, o Rio de Janeiro produziu 91,60% da produção nacional, seguido por São Paulo, com 7,24% e Espírito Santo, com 1,00%. Em relação à produção exclusivamente em terra, os maiores produtores foram Amazonas com 58,09%, Maranhão com 19,80%, Bahia com 10,74% e Alagoas com 6,61%.

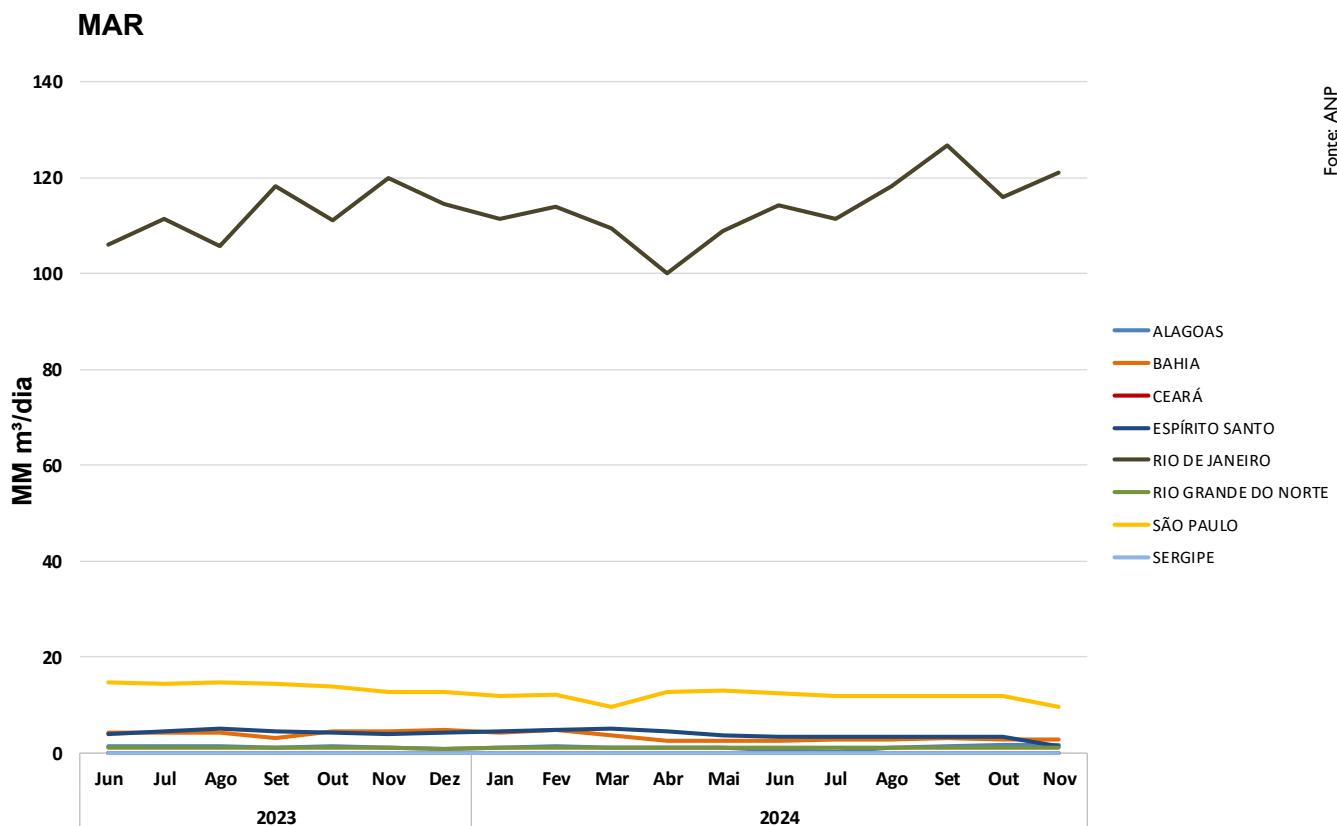


Gráfico 7 - Produção média diária de gás natural no mar, por estado, nos últimos 18 meses, em MMm³/d.

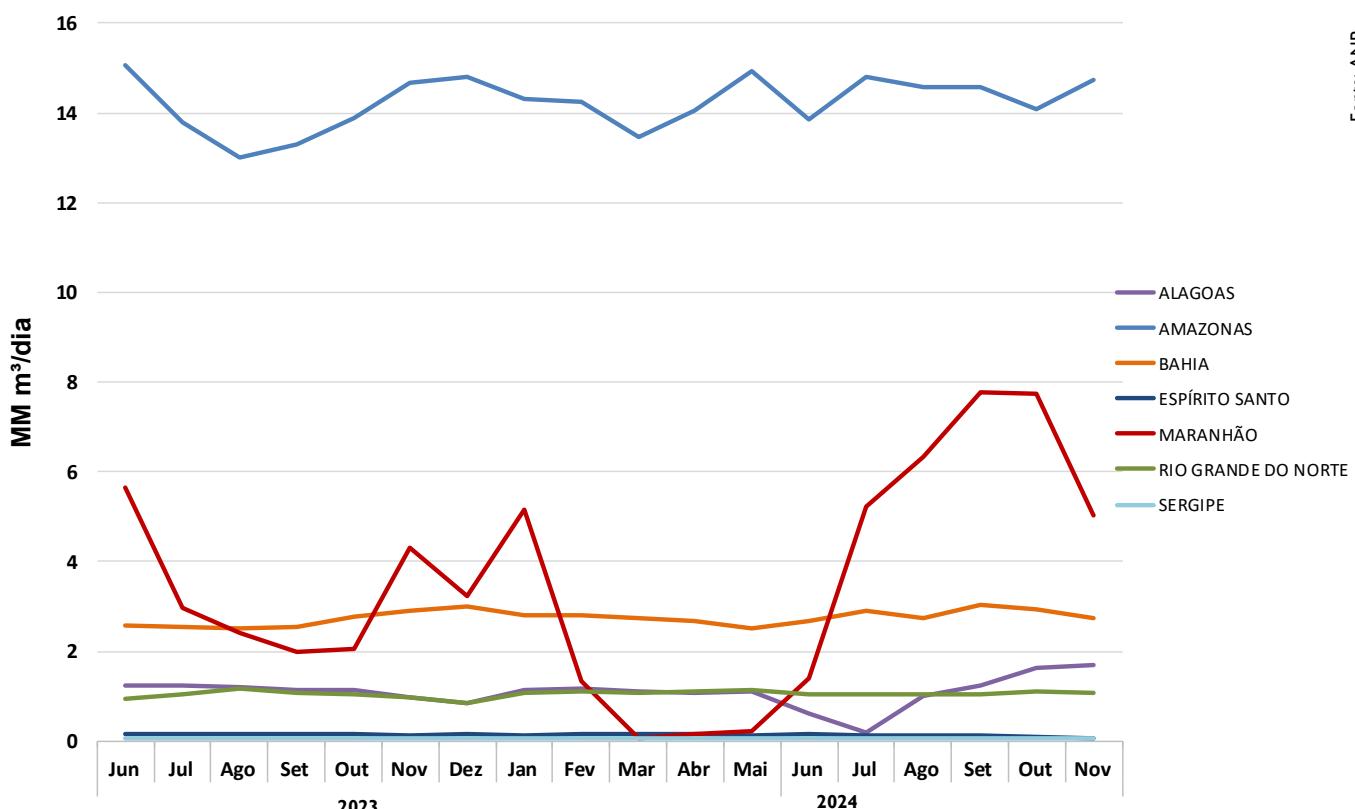
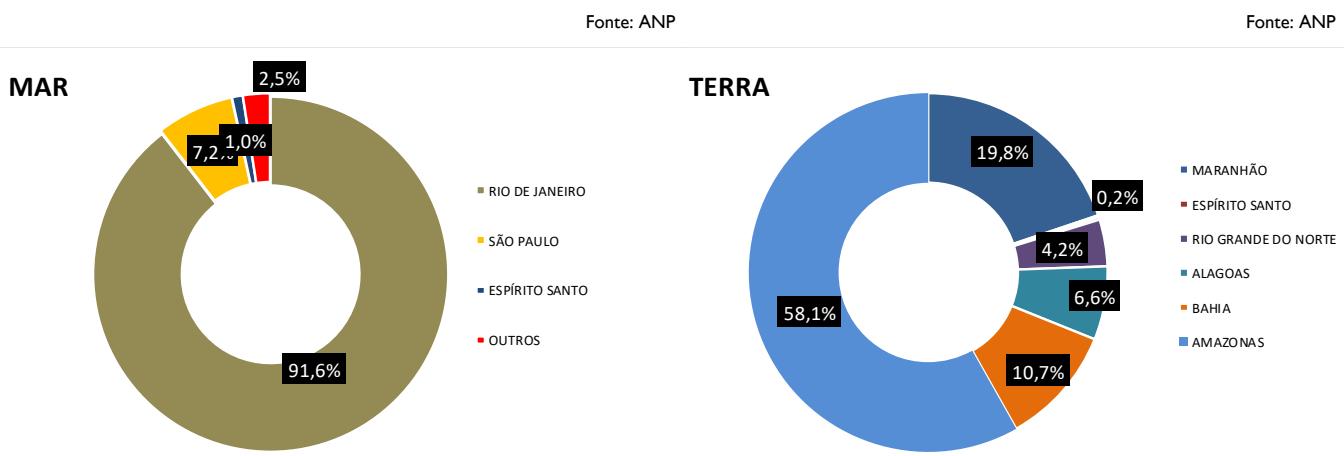
TERRAGráfico 8 - Produção média diária de gás natural em terra, por estado, nos últimos 18 meses, em MMm³/d.

Gráfico 9 - Percentuais de produção de gás natural no mar, por estado, em novembro de 2024.

Gráfico 10 - Percentuais de produção de gás natural em terra, por estado, em novembro de 2024.

GÁS NATURAL – IMPORTAÇÃO

A importação média diária de gás natural em novembro foi de 28,5 MMm³/d. Esse valor foi 9,81% inferior ao mês anterior e 39,02% superior ao registrado em novembro de 2023.

Essas importações acarretaram o dispêndio de US\$ 262,2 milhões (FOB) no mês de novembro, valor 7,48% inferior ao mês anterior e 30,37% superior ao contabilizado em novembro de 2023.

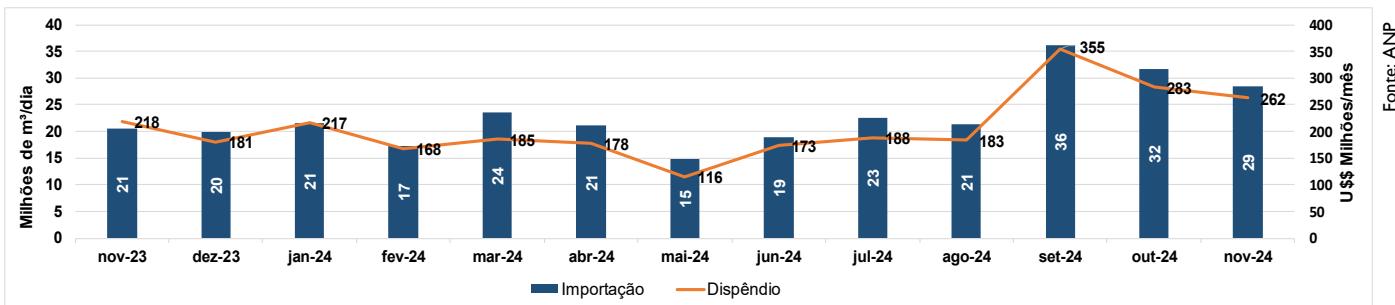


Gráfico 11 - Importação de gás natural e dispêndio de valores entre novembro de 2023 e novembro de 2024.

PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Os royalties em novembro foram assim distribuídos à União, aos Estados e aos Municípios produtores: União (R\$ 1.504,45 milhões), Estados (R\$ 1.302,86 milhões), Municípios (R\$ 1.657,66 milhões), somando R\$ 4,871 bilhões. Este valor foi 5,81% inferior ao mês anterior e 11,59% inferior ao de novembro de 2023. Além disso, houve a arrecadação de R\$ 406,90 milhões de Fundo Especial para distribuição entre os estados e municípios não produtores. A arrecadação a título de Participações Especiais ocorre trimestralmente e alcançou o valor de R\$ 9,905 bilhões em novembro de 2024, valor 5,58% inferior ao de novembro de 2023.

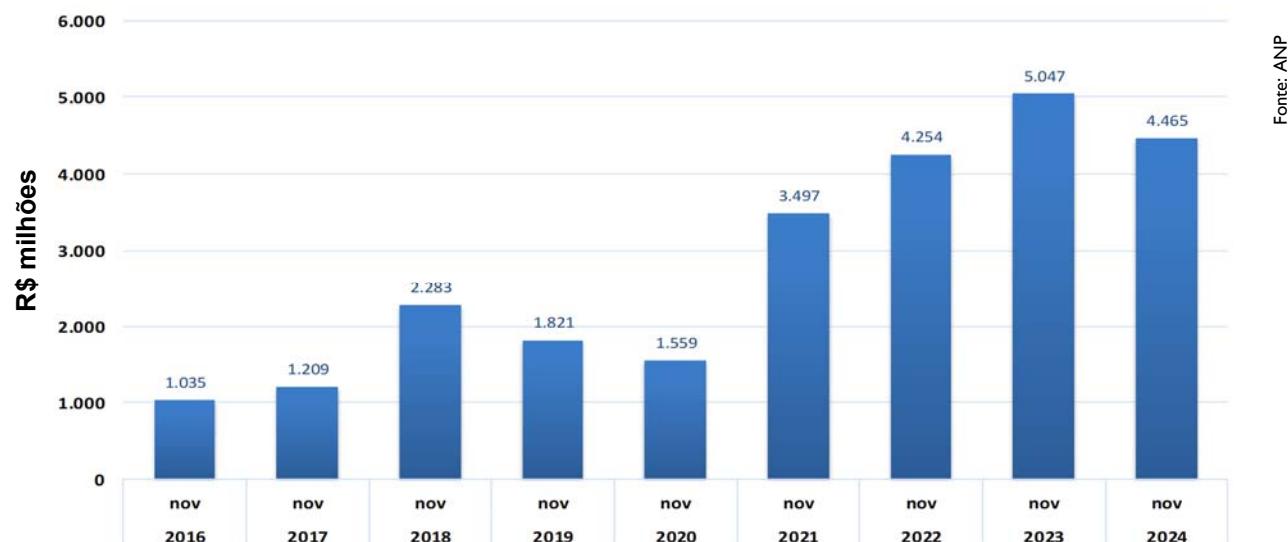


Gráfico 12 - Evolução da arrecadação dos royalties nos meses de dezembro entre 2016 e 2024.

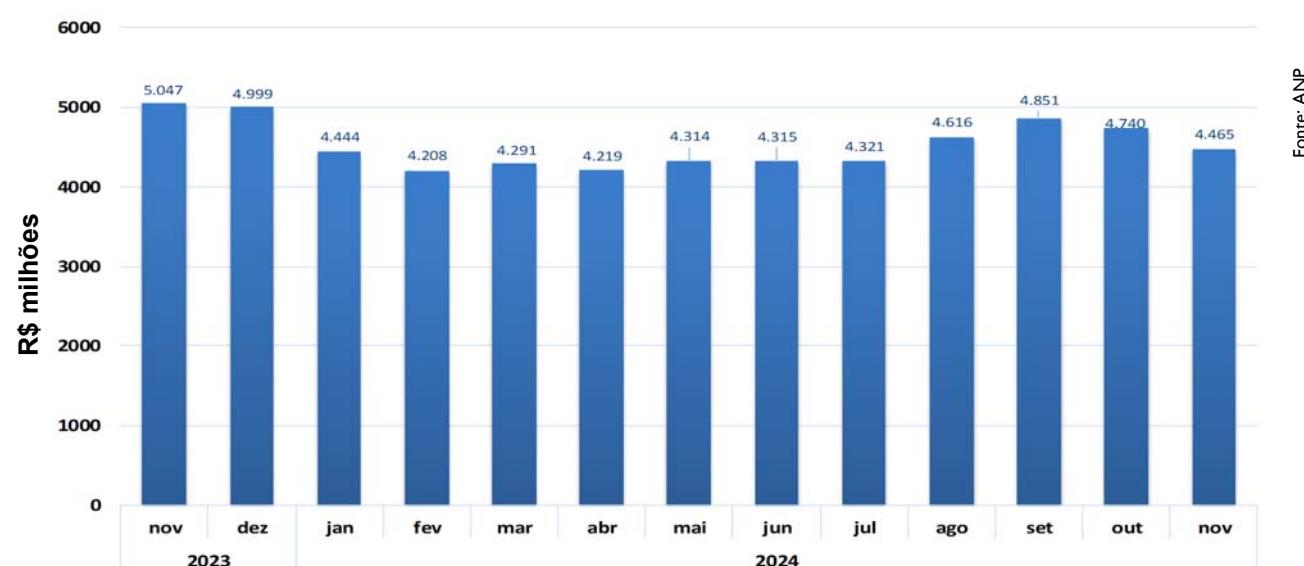


Gráfico 13 - Histórico da arrecadação dos royalties nos últimos 12 meses.

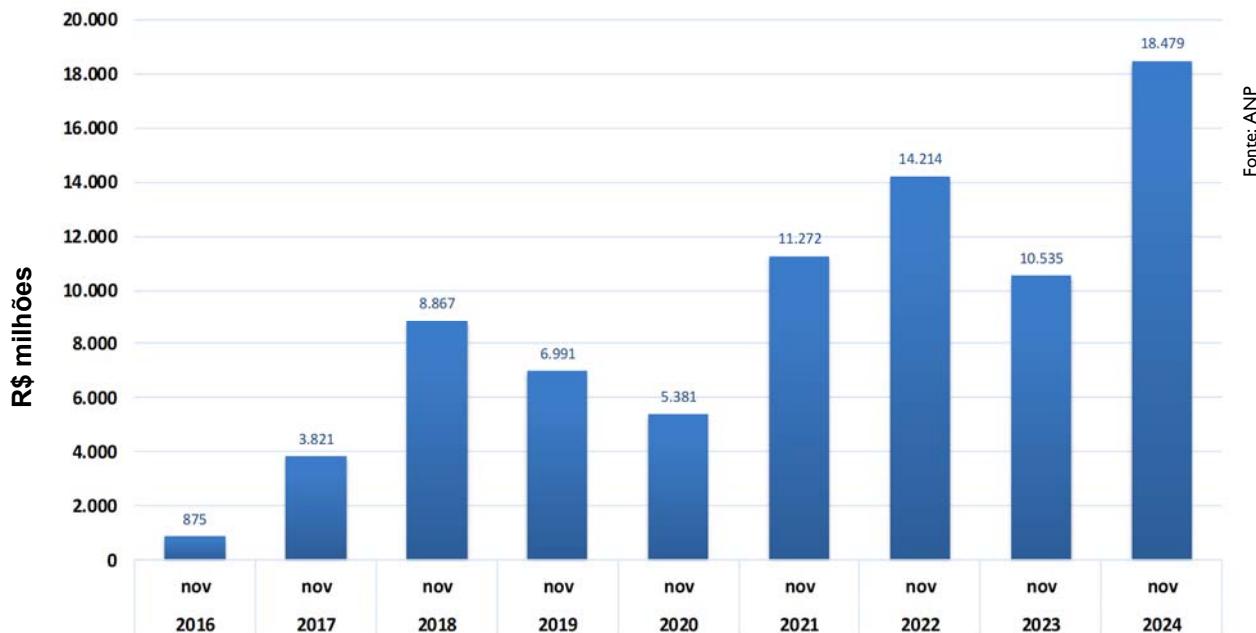
**Gráfico 14** - Evolução da arrecadação de Participações Especiais, nos meses de novembro entre 2016 e 2024.

Tabela IV - Royalties (milhões R\$) distribuídos aos entes federativos com valores mensais de novembro de 2023 a novembro de 2024.

ROYALTIES (R\$ milhões)													
Beneficiários	nov-23	dez-23	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24
União	1.680,76	1.673,41	1.488,76	1.409,79	1.436,81	1.416,24	1.449,11	1.445,28	1.452,52	1.552,36	1.633,51	1.504,45	1.534,42
Estados	1.471,97	1.460,99	1.298,13	1.229,19	1.256,81	1.230,01	1.257,41	1.261,59	1.260,32	1.345,12	1.414,65	1.302,87	1.335,61
Municípios	1.873,52	1.845,11	1.657,30	1.568,63	1.597,18	1.572,57	1.607,29	1.608,62	1.608,07	1.718,61	1.802,49	1.657,66	1.694,67
Fundo Especial	463,99	457,94	406,97	385,12	391,32	386,58	395,12	394,69	395,02	422,36	442,58	406,90	415,47
Total	5.490,24	5.437,45	4.851,16	4.592,72	4.682,12	4.605,40	4.708,93	4.710,18	4.715,92	5.038,44	5.293,23	4.871,88	4.980,16

Tabela V - Participações Especiais (milhões R\$) com valores entre novembro de 2023 a novembro de 2024.

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS (R\$ milhões)													
Beneficiários	nov-23	dez-23	jan-24	fev-24	mar-24	abr-24	mai-24	jun-24	jul-24	ago-24	set-24	out-24	nov-24
União	5.296,98	-	-	4.529,60	-	90,55	4.151,25	-	-	4.354,96	-	-	4.973,68
Estados	4.237,58	-	-	3.623,68	-	72,44	3.321,00	-	-	3.483,97	-	-	3.978,94
Municípios	1.000,85	-	-	905,92	-	18,11	830,25	-	-	870,99	-	-	952,59
Total	10.535,41	-	-	9.059,19	-	181,10	8.302,50	-	-	8.709,92	-	-	9.905,21

EQUIPE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro de Minas e Energia: Alexandre Silveira de Oliveira.

Secretário da SNPGB: Pietro Adamo Sampaio Mendes.

Diretor do DEPG: Carlos Agenor Onofre Cabral.

Coordenadores: Jair Rodrigues dos Anjos, Elton Menezes do Vale e Ranielle Noleto Paz Araujo.

Analista de Infraestrutura: Diogo Santos Baleiro e Issa Miguel Junior.

Apoio Administrativo: Mariana Vieira Soares.

Auxiliar Administrativo: Michael Emanuel Silva Costa.

Secretária: Marlucia Rodrigues de Sousa.

Estagiário: João Levi Paz da Costa.